TEXTO PARA DISCUSSÃO
2037
Brasília, fevereiro de 2015
SUMÁRIO EXECUTIVO

AJUSTE FISCAL NO BRASIL: OS LIMITES DO POSSÍVEL

Sérgio Wulff Gobetti
Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

Os números das estatísticas fiscais brasileiras dos últimos três anos indicam uma acentuada deterioração dos resultados primários do setor público, tanto por fatores cíclicos quanto estruturais, tanto no nível federal quanto nos níveis estadual e municipal.

Entre 2002 e 2014, o *superavit* primário do governo central caiu 2,5 pontos percentuais (p.p.) do produto interno bruto (PIB), o que se explica por uma ampliação das despesas primárias de 4 p.p. do PIB e um simultâneo aumento das receitas primárias líquidas de 1,5 p.p. do PIB.

Enquanto o crescimento das despesas primárias é um fenômeno praticamente ininterrupto desde a introdução do regime de metas, a evolução das receitas primárias revela dois distintos períodos: um de aumento legislado da carga tributária, que possibilitou a obtenção de resultados fiscais cada vez mais expressivos, e outro – posterior a 2005 – em que a receita tributária se estabiliza em proporção do PIB, do ponto de vista estrutural, e o crescimento das receitas se sustenta pela arrecadação previdenciária e por eventos não recorrentes, em ritmo inferior ao das despesas.

Do aumento das despesas primárias, entre 2002 e 2014, 80% é explicado pela ampliação dos gastos com benefícios previdenciários e assistenciais (incluindo Bolsa Família), que apresentam crescimento vegetativo elevado e um alto grau de vinculação com o salário mínimo, que, por sua vez, tem sua regra de reajuste ancorada no PIB.

Pela análise realizada nas despesas de custeio e capital, com auxílio de informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), também foi possível verificar que o aumento de 1 p.p. do PIB entre 2002 e 2014 se deve tanto a investimentos quanto ao custeio de programas sociais, principalmente nas áreas de saúde e educação. Os dados revelam que, embora parte importante do aumento recente da despesa possa estar vinculada ao ciclo eleitoral, ela se dá em ações estruturantes que são de difícil reversão no curto prazo.

A tendência de médio e longo prazo é de que, dadas as regras de vinculação em vigor, tanto para os benefícios previdenciários e assistenciais quanto para as despesas nas áreas de saúde e educação, as despesas correntes sigam crescendo em proporção do PIB.

Diante desse quadro de rigidez das despesas correntes e do fraco desempenho da economia, qualquer recuperação mais expressiva dos resultados primários estará dependendo, no curto prazo, de ajustes fiscais de baixa qualidade, baseados em corte de investimentos e aumento de carga tributária via impostos regulatórios e ineficazes.

Alternativamente, o texto sugere uma estratégia mais focada em melhorias de médio e longo prazo dos resultados fiscais a partir de uma política fiscal adequada à retomada do crescimento econômico e de reformas no regime fiscal e nas regras de reajuste e concessão de benefícios que estão por trás do crescimento das despesas correntes na última década e meia. A sustentação das políticas inclusivas e de fortalecimento do Estado de bem-estar social requer uma espécie de novo pacto social em torno do seu financiamento.

SUMÁRIO EXECUTIVO